

RESENHA

TILLY, C. **Democracy**, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, 227 págs.

Antônio Álvaro Barbosa Sá¹

O livro *Democracy*, do sociólogo e historiador Charles Tilly, consiste numa das mais recentes contribuições ao estudo de política comparada, história, sociologia política e teoria democrática. O autor desenvolve seu trabalho a partir da perspectiva da sociologia histórica, realizando uma análise que articula os fundamentos históricos da democracia contemporânea a uma investigação sobre as redes de confiança que se estabelecem em processos democráticos.

Tilly começa o livro perguntando-se como é possível determinar se um país se qualifica como democracia. Primeiramente, o que está em jogo é a situação política de cada país. Em seguida, ele estabelece alguns aspectos para se examinar o processo de democratização. São eles: a situação política; a qualidade de vida; a explicação de processos de democratização, entendidos como a saída de regimes totalitários ou autoritários para a democracia; e a *desdemocratização* (*de-democratization*), o ocaso de regimes democráticos, entendido como situações nas quais um regime democrático cai e é substituído por algum tipo de autoritarismo ou totalitarismo.

A partir daí Tilly apresenta quatro tipos de perspectivas de democracia: a constitucional, a substantiva, a procedimental e a orientada por processos. A primeira se orienta por leis, a segunda foca as condições de vida, a terceira foca as eleições e a última o conjunto mínimo de processos que devem estar continuamente em ação para a situação se qualificar como democracia. Neste aspecto Tilly aproxima-se e utiliza os conceitos enunciados por Dahl (1998) de *Participação Efetiva, a Igualdade de Voto, a compreensão Iluminada, o Controle da Agenda e a Inclusão de Adultos*.

Na seqüência de sua análise Tilly propõe aprofundar e melhorar os critérios da última perspectiva, permanecendo fiel à idéia do processo orientado e definindo como variáveis a serem consideradas o Estado, a cidadania e as políticas públicas, incluindo as consultas aos cidadãos. Assim sendo um regime é democrático no grau de que as relações políticas

¹ Professor de Ciência Política – mestre em Ciência Política pela Unicamp. Doutorando em Sociologia pela New School Univeristy.

entre Estado e cidadãos formam amplos, iguais e protegidas consultas. Democratização significa o movimento no sentido da mais ampla, mais protegida consulta. A *desdemocratização* então significa o movimento no sentido da mais restrita, menos protegida consulta. Existem então quatro dimensões de variação de regimes; liberalidade, Igualdade, Proteção e Consultas Periódicas (eleições e referendums). Estas quatro dimensões são resumidas em uma única variável, o grau de democracia.

Além disto outra variável importante no estudo da democracia consiste na capacidade do Estado para reforçar suas decisões políticas. Nenhuma democracia pode funcionar se ao Estado falta a capacidade de supervisionar o processo decisório democrático e pôr os resultados em prática. *Capacidade do Estado significa a extensão segundo a qual a intervenção de agentes do Estado em recursos não – estatais, atividades e conexões interpessoais assim como relações entre estas distribuições.*

A partir destes pontos o livro organiza as principais mudanças que levam a democratização e *desdemocratização*. São elas: o crescimento ou decréscimo da integração de redes interpessoais de confiança (parentesco, pertencimento a religião e relações de clientelas) e políticas públicas; crescimento ou decréscimo de políticas públicas de amortecimento de desigualdades categóricas maiores (gênero, raça, etnicidade, religião, classe, casta), crescimento ou decréscimo na autonomia de centros de poderes maiores tais como gerais, redes de patronato, exércitos, e instituições religiosas com respeito a políticas públicas.

Segundo seu argumento o processo fundamental que promove a democracia em todas épocas e lugares consiste na crescente integração de redes de confiança na política pública, o crescente amortecimento pelas políticas públicas de desigualdades categóricas e a decrescente autonomia de grandes centros de poder das políticas públicas.

A perspectiva do livro é claramente a da sociologia histórica. Assim sendo é examinada a experiência da democracia grega entre 500 e 300 BC (Antes de Cristo) e a experiência das cidades italianas de Veneza, Florença e Milão entre 300 BC e o século XIX. Apesar de reconhecer que alguns elementos de democracia existiam em escala menor ao redor do mundo bem antes do século XVIII a democracia tal como conhecemos hoje ocorreu primeiro nos países ocidentais e seus colonizadores durante o século XIX, se expandindo ao redor do mundo durante os séculos XX e XXI. Em suma, a democracia pode ser considerada um fenômeno moderno.

Como precursores da democracia temos a experiência européia antes do século XIX que junta elementos de ampla, igual e protegidas consultas: 1) oligarquias mercantis, 2) comunidades de camponeses, 3) seitas religiosas e 4) movimentos revolucionários.

O autor examina também, como experiência democrática, a Revolução Americana (1765 – 1783), que começou com a resistência as taxas reais e controles comerciais impostos pela coroa inglesa numa tentativa de redirecionar algumas perdas massivas durante a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763). Organizando-se em torno da questão da não taxação sem representação, os revolucionários americanos logo se voltaram para um programa democrático. A Revolução Francesa (1789-1793) também é examinada como um dos modelos mais influentes de governo nacional democrático. No decorrer da história francesa, Tilly examina tanto os processos de democratização quanto os processos de *desdemocratização*.

Com o exame destas experiências, assim como do caso alemão e japonês no pós – guerra, três amplos processos são considerados fundamentais para a democratização e *desdemocratização*: integração de redes de confiança interpessoais nas políticas públicas, amortecimento pelas políticas públicas de desigualdades sociais e eliminação de centros de poderes autônomos.

Finalmente o livro, cuja leitura é fundamental para os estudiosos dos diversos aspectos da democracia, tem como a sua maior falha não incorporar à discussão da democratização e *desdemocratização* a importância da cultura política. Autoritária ou democrática por partes de setores importantes das sociedades em questão, assim como os atores políticos, ela têm um papel fundamental nos mecanismo de legitimação de processos políticos mais amplos. As crises de legitimidade que levam a processos de democratização e o ocaso da democracia também não são devidamente incorporados à investigação da democracia. Além disto o Estado de Direito (*Rule of Law*), tão importante para a democracia política, é negligenciado pelo autor. Deste modo esta contribuição para o estudo da democracia, embora de significativa importância, deixa de lado três aspectos centrais das democracias ocidentais no mundo contemporâneo.

Referências:

- DAHL R. **On Democracy**. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.
TILLY, C. **Democracy**, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

